

# A BANCA E O OE 2010

LUÍS MIRA AMARAL

Presidente Executivo do Banco BIC Português SA

Professor Catedrático Convidado de Economia e Gestão – IST

Vice-Presidente da CIP

CCB

1 de Fevereiro de 2010

## INDICE

- I. AS PERSPECTIVAS PARA 2010 – A DIFÍCIL SAÍDA DA CRISE
- II. O OE 2010 E A BANCA PORTUGUESA
- III. O CASO PORTUGUÊS: UM MODELO INSUSTENTÁVEL
- IV. O FUTURO DO SISTEMA FINANCEIRO: O CASO PORTUGUÊS
- V. O BANCO BIC PORTUGUÊS

### I. A DIFÍCIL SAÍDA DA CRISE E AS PERSPECTIVAS PARA 2010

**Nas economias ocidentais, a grande questão vai ser o “timing” e o modo como os governos e os bancos centrais vão começar a retirar os estímulos à economia, num contexto em que o desemprego ainda poderá continuar a aumentar, pondo em causa a retoma do consumo privado.**

Com efeito, a recuperação económica ainda é frágil, muito assente na procura pública e na injeção de liquidez dos Bancos Centrais, a qual explica, aliás, a animação nos mercados de capitais, e por isso as dúvidas sobre a sustentabilidade da retoma, na qual o consumo privado e o investimento substituiriam a procura pública como motores de crescimento, uma vez retirados os apoios públicos.

Espera-se, pois, alguma volatilidade nos indicadores económico-financeiros para 2010, associada às incertezas sobre essa fase difícil de retirada dos estímulos públicos que contribuíram para a actual recuperação, numa altura em que o contributo do sector privado para o crescimento económico não é, ainda, sustentado.

**No caso português**, pequena economia aberta integrada no comércio internacional e, como tal, vulnerável aos choques externos através do tradicional canal do comércio externo, **o ano de 2010 vai ser também muito marcado pela percepção dos mercados financeiros e das agências de “rating” sobre a evolução da dívida pública portuguesa, cuja sustentabilidade (ou não) determinará o prémio de risco a pagar pela República Portuguesa nos mercados externos, com o consequente reflexo nas taxas de juro que todos nós, Estado, empresas e famílias, iremos pagar.**

Assim, conhecidas as dificuldades das finanças públicas gregas e o facto das agências de “rating” nos terem, na área do euro, colocado no mesmo grupo da Grécia em termos de perfil de risco, **será crucial os sinais emitidos pelo Orçamento de Estado para 2010 em termos dum plano credível de consolidação orçamental a médio prazo. Se tal não acontecer, corremos o grave risco do efeito contágio dos problemas das finanças públicas da Grécia.**

**Seja como for, em Portugal estamos confrontados com uma trajectória de crescimento económico lento, ameaça de “estoiro” das finanças públicas e níveis muito elevados de desemprego.**

## II. O OE 2010 E A BANCA PORTUGUÊSA

A construção do OE deveria estar norteada por 4 grandes objectivos

- 1) Sustentabilidade das contas públicas;
- 2) Dinamização do mercado de trabalho;
- 3) Reforço da competitividade;
- 4) Melhoria do acesso ao financiamento.

## FINANÇAS PÚBLICAS E TAXAS DE JURO

Todos temos consciência de que é preciso um corte na despesa pública para iniciarmos um verdadeiro processo de consolidação orçamental e de ajuste estrutural das finanças públicas.

	1990	2008	2009	2010
(1) Despesa Corrente Primária (DCP)	26.7	40.3	42.0 ↑	42.0 =
(2) Juros Dívida Pública	8.1	2.9	2.9 =	3.2 ↑
(3) = (1)+(2) = Despesa Corrente	34.8	43.8	44.9 ↑	45.2 ↑
(4) = Despesa de capital	4.8	2.1	4.2 ↑	3.3 ↓
(5) = (3)+(4) Despesa total	39.6	45.9	49.1 ↑	48.5 ↓
(6) = Receita Pública	33.4	43.2	39.7 ↓	40.2 ↑
(7) = (6)+(5) = Défice Público	-6.2	-2.7	-9.3 ↑	-8.3 ↓
(8) = (7)+(2) = Saldo Primário	1.9	0.2	-6.4 ↑	-5.1 ↓

Neste contexto, o melhor indicador **é a DCP – Despesa corrente primária (sem juros de dívida pública).**

Acontece que, de acordo com a proposta do OE a DCP será de 42% do PIB em 2009 e manterá o mesmo valor de 42% em 2010. De recordar que a DCP era de 26,7% do PIB em 1990 e, na minha opinião e na de vários economistas, essa DCP deveria reduzir-se para 30% do PIB no espaço de duas legislaturas.

O ajuste é feito nas Despesas de Capital por forma a que a despesa pública baixa em termos de PIB.

Assim sendo, **esta proposta de OE 2010 sabe a pouco e não indica o começo do ajustamento estrutural das finanças públicas.**

Por outro lado, **o défice apontado para 2009 aparece como surpreendentemente elevado (9,3% do PIB), quando os analista esperavam valores à volta dos 8% do PIB.** Assim sendo, a redução de 1 p.p. do PIB para 2010, ficando o défice este ano em 8,3% do PIB, será conseguida apenas porque o valor de 2009 é extraordinariamente elevado **continuando o défice de 2010 a ser muito alto!**

Neste contexto, **esta proposta de OE infelizmente não nos vai afastar dos radares das agências de rating e dos mercados financeiros.** É assim expectável que as taxas de juro para Portugal aumentem por via do aumento do prémio de risco da Republica Portuguesa.

Esta proposta de OE **vai pois criar dificuldades à banca portuguesa, no acesso e no preço dos financiamentos, tornando a matéria prima com que ela trabalha, os recursos obtidos no exterior, mais escassa e mais cara.**

## BONUS DOS GESTORES

**A actual crise financeira mostra-nos duas coisas:**

- » **A banca, mesmo quando privada, não pode ser vista como um assunto apenas entre os seus gestores e os seus accionistas. Quando há um problema sério, o Estado intervém e os contribuintes pagam a factura, socializando os prejuízos.**
- » **A teoria financeira diz-nos que em ambiente de risco, o lucro económico se obtêm deduzindo ao lucro nominal o risco incorrido, tal como em ambiente inflacionista o valor real se obtêm do nominal descontada a taxa de inflação. Assim, os prémios dos gestores têm de ser calculados na base dos lucros à posteriori e não do lucro nominal á priori!**

Há então, **alguma legitimidade para o poder político e os governos intervirem na banca privada.** Contudo, a proposta de governo no sentido de serem alvo de tributação autónoma de 35% os bónus superiores a €27.500, é perfeitamente desajustada pela exiguidade do valor em causa (a partir de €27.500!)

Mais parece uma proposta para satisfazer **o Bloco de Esquerda que irá então dizer que vamos taxar bónus milionários a um gerente de agência a quem tenha sido atribuído um pequeno bónus de €30.000 !**

### III. O CASO PORTUGUÊS: UM MODELO INSUSTENTÁVEL

**Portugal defronta uma crise económica com duas componentes: a estrutural, ligada à década perdida, e a conjuntural, ligada à actual crise.**

**A conjuntural só será ultrapassada com a recuperação mundial, o que depende do sucesso cooperativo das políticas agora implementadas pelos EUA, Europa e China.**

Vejamos agora a crise estrutural.

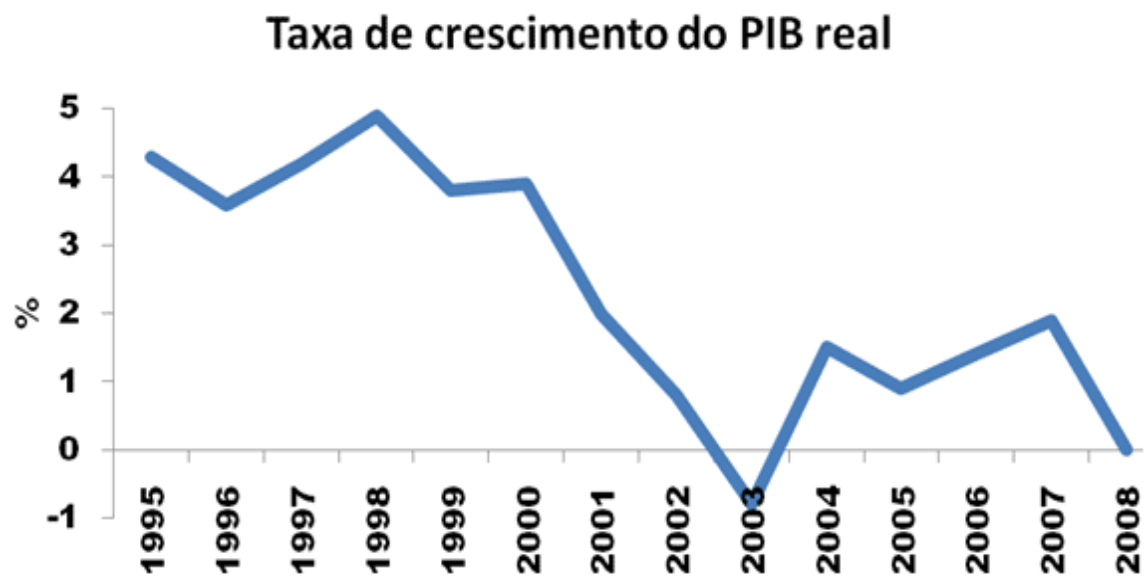
## CRISE ESTRUTURAL

**Portugal vive há mais de 10 anos uma crise profunda. Tivemos nos governos Guterres, Barroso e Lopes um longo período de inação estrutural.** O actual Governo lançou algumas medidas positivas mas claramente insuficientes face às graves debilidades estruturais. **Há países desenvolvidos e países emergentes. Nós somos claramente um país “submergente”!**

**Assim, em Portugal, já estamos há vários anos em crise com:**

- **Economia em declínio e um sério problema de produtividade. (Quadros I e II)**
- **Níveis de endividamento público e externo elevadíssimos e insustentáveis**
- **Um Estado burocrático, ineficiente e ineficaz**
- **Uma sociedade cada vez mais desequilibrada**

## Quadro I

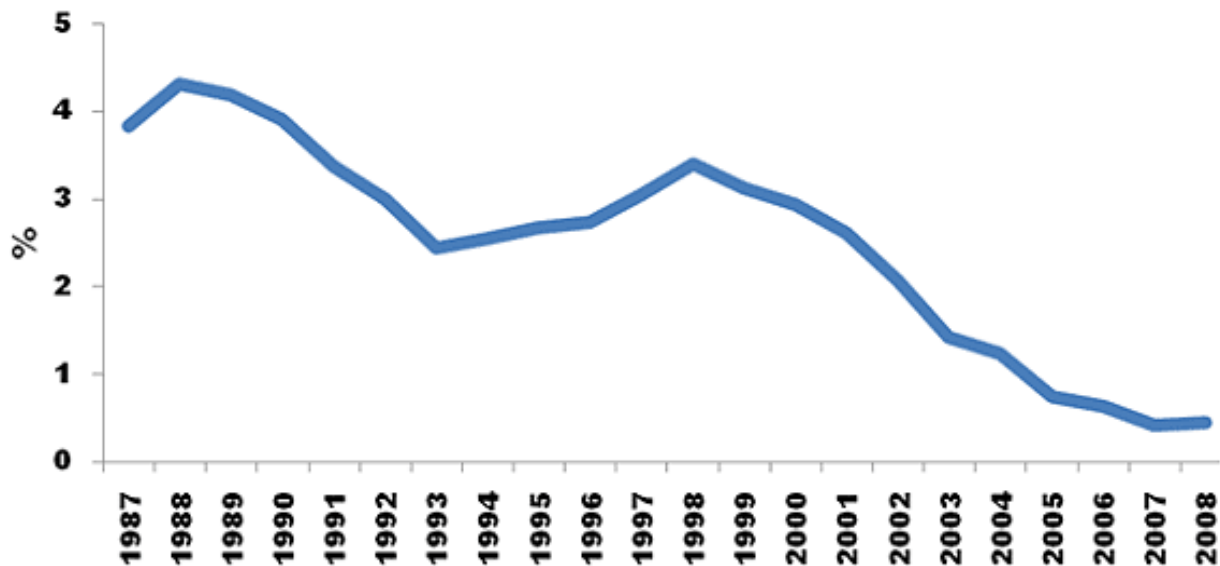


Fonte: Reavaliar Investimentos Públicos

[http://www.reavaliarinpublicos.com/cont3\\_06.html](http://www.reavaliarinpublicos.com/cont3_06.html)

## Quadro II

Crescimento do PIB potencial, 1986-2008

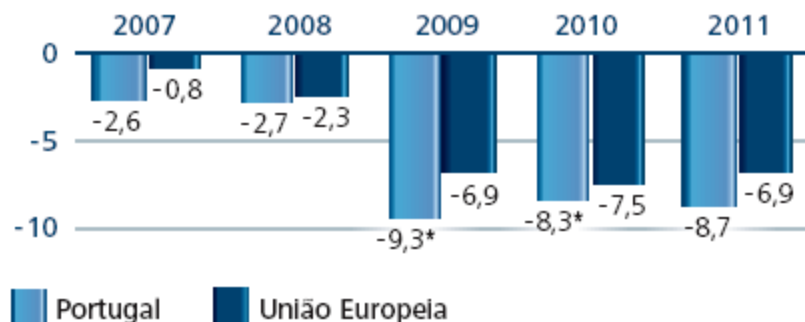


Fonte: Reavaliar Investimentos Públicos

[http://www.reavaliarinvpublicos.com/cont3\\_07.html](http://www.reavaliarinvpublicos.com/cont3_07.html)

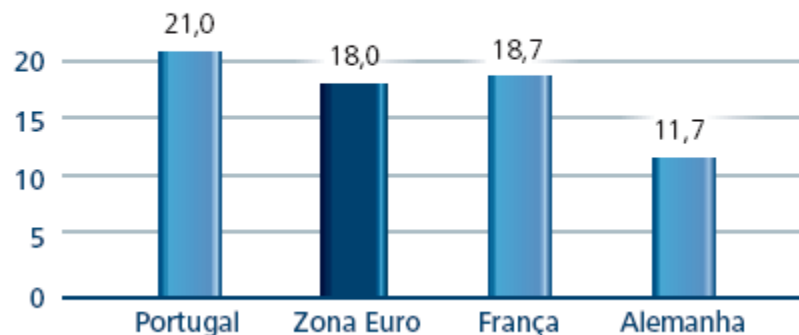
## Evolução do Défice Público

Em % do PIB



## Aumento da dívida Pública entre 2007 e 2010

Em pontos do PIB



## Taxa de Desemprego

Em % da População Activa



## Défice da Balança Corrente e de Capitais

Em % do PIB

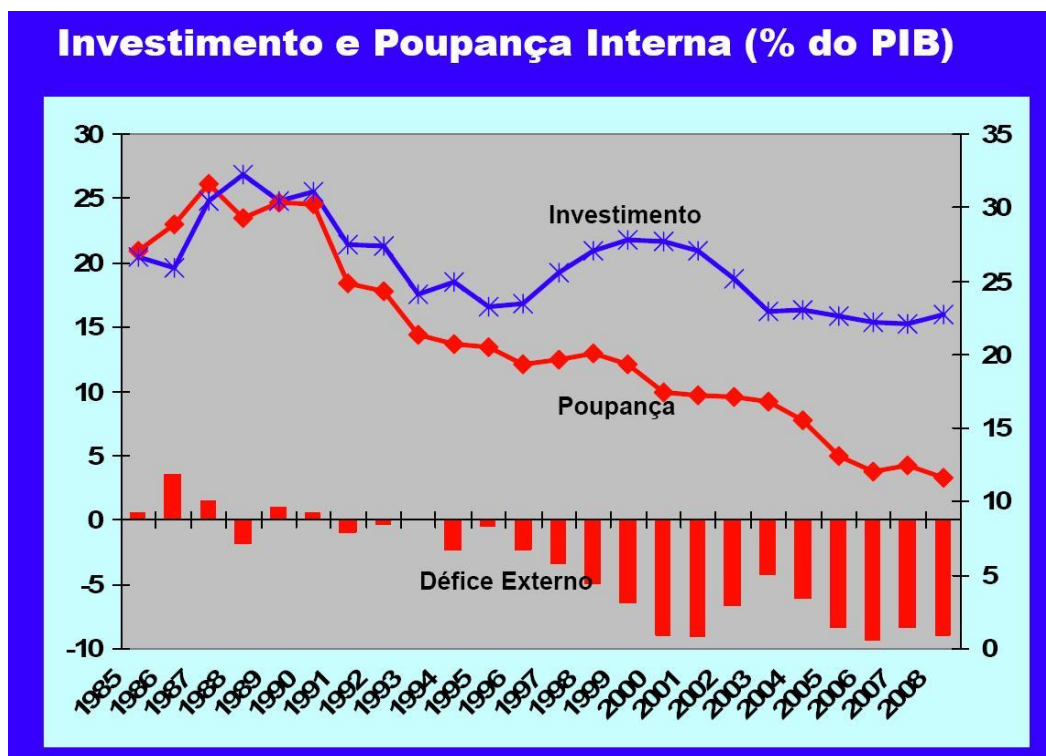


Fonte: Previsões Económicas de Outono da Comissão Europeia

\* Dados Governo – OE 2010

Orçamento de Estado 2010 – Propostas da CIP

O déficit externo é equivalente à diferença Investimento – Poupança



Fonte: Vítor Constâncio  
CIP 17.02.2009

A economia portuguesa viu agravados no passado recente de forma significativa os seus gravíssimos problemas estruturais, apesar de juros baixos, créditos superabundantes e investimentos elevados.

Para ser competitivo **Portugal precisa dramaticamente de fazer reformas estruturais: leis laborais que facilitem a criação de emprego; tribunais que funcionem; Administração Pública que ajude as empresas; Administração Fiscal que trate os contribuintes como cidadãos dum Estado de Direito e não como alvos a abater; leis que assegurem o Estado de Direito e a protecção dos cidadãos e investidores; sistema de ensino e formação profissional que forme cidadãos conscientes e profissionais que a economia e as empresas necessitem e não jovens de formação livresco, naturais candidatos ao desemprego estrutural e à dependência do Estado.**

**Não mais é possível pensar que a simples ultrapassagem da crise pelo núcleo duro da União Europeia nos vai resolver o problema**, arrastando, como acontecia no passado, as exportações dos sectores tradicionais, os quais hoje estão seriamente ameaçadas pela globalização. Assim sendo, isso não chega para reequilibrar a balança externa e pagar os juros do endividamento externo.

**Temos uma oferta de bens e serviços transaccionáveis com a qual não conseguiremos ter uma trajectória de convergência com a União Europeia.**

### IV. O FUTURO DO SISTEMA FINANCEIRO: O CASO PORTUGUÊS

#### **Em termos internacionais:**

- A recuperação económica levará tempo.
- Os valores da capitalização bolsista dos grandes bancos reduziram-se dramaticamente.
- Os governos têm enfrentado a situação de formas diferentes mas, de forma geral, o controle público do sistema financeiro aumentou substancialmente.
- Os governos vão ter que ficar envolvidos durante mais tempo do que seria desejável, mesmo depois da crise acabar, por falta de fundos privados.
- **A médio-longo prazo, o sistema bancário estará mais consolidado, potencialmente menos internacional e mais funcionando como “utility” de financiamento à economia doméstica**
- **Teremos um regresso ao “básico” nos bancos, com a recuperação dos valores tradicionais da banca - confiança, transparência e defesa dos interesses dos clientes.**

- Teremos preocupações para melhor gestão e seguro dos riscos.
- Assistiremos a revisões na abordagem regulatória de Basileia II, que deverá tomar em consideração os riscos de liquidez e não apenas os riscos de crédito, de mercado e operacionais, sendo também posta em causa a confiança nas agências de rating para montarem os sistemas de rating internos dos bancos.
- Os reguladores e supervisores, em vez de se preocuparem apenas, com os riscos em cada operador, preocupar-se-ão com os riscos sistémicos de falha dum operador.
- Acabará a distinção entre sector-bancário e sector bancário sombra, passando também este a ser regulado de forma idêntica.
- Correção do carácter pré-cíclico das IAS e da regulação bancária.
- Aprofundamento da supervisão sobre a emissão e comercialização de produtos estruturados e produtos complexos como os CDS.
- Avançar-se-á na regulação das agências de rating.
- Aprofundar-se-á e harmonizar-se-á os regimes sancionatórios.
- Aprofundar-se-ão os princípios de “corporate governance” nas empresas bancárias e financeiras

### **Em termos europeus:**

- No meio disto, temos banco europeus, designadamente a banca austríaca, muito expostos aos problemas dos bancos dos países do leste europeu que não têm a protecção do euro

**Em suma, o mundo mudou e o sistema financeiro também!**

VELHO MUNDO	NOVO MUNDO
<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualquer um pode operar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apenas os mais competentes</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Fundos ilimitados</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Escassez de fundos</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Crescimento fácil e laxismo nos custos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Crescimento não chega, é preciso atacar os custos</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Preços dos activos subiram</li><li>• Imparidades desciam</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Preço dos activos descem</li><li>• Imparidades sobem</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• O negócio era muito atractivo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desmoralização e descrença no sistema, tornando mais difícil a atracção dos talentos</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Euforia nas organizações</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ansiedade nas organizações</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Crença e fundamentalismos na auto-regulação dos mercados financeiros</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maior intervenção regulatória sobre as falhas de mercado (riscos sistémicos) e maior mão visível (intervenção governamental) nos bancos</li></ul>

### No caso da banca portuguesa:

- Com a entrada no euro, a banca portuguesa passou a ir buscar aos mercados grossistas internacionais, o “funding” que necessitava para compensar a falta de poupança interna que é expressa no mercado retalhista através de depósitos dos residentes. De recordar que de acordo com o equilíbrio de mercado de produto ( $\text{Investment} = \text{Saving}$  - curva IS), o défice externo português reflecte um défice de poupança nacional face ao investimento e a banca portuguesa foi o agente que foi ao mercado externo buscar a poupança externa necessária para nos financiar.
- Com esse modelo de financiamento, a banca portuguesa cresceu com o financiamento ao crédito, designadamente crédito hipotecário, ao imobiliário e à construção na sequencia das facilidades de crédito ligadas à descida das taxas de juro
- Isto levou a um rácio de transformação de depósitos em crédito bem superior a 100%
- Com a actual crise financeira e maior dificuldades de financiamentos externos, a receita de sucesso do passado não é mais possível sendo até a banca portuguesa das mais vulneráveis, por ser daqueles que repousa mais nos financiamentos dos mercados grossistas pelas razões já explicadas.

- **A margem financeira tem vindo a ser pressionada, bem como a margem complementar, esta por razões de comissionamentos ligados à queda do mercado de capitais.**
- O rácio cost to income (rácio de eficiência operacional) também está a ser pressionado pelo lado do income, ao mesmo tempo que os custos de estrutura tinham tendências de subida devido ao “boom” creditício e ao elevado numero de abertura de balcões do passado recente. Isto forçara os bancos e programas de corte de custos, pessoal inclusivé.
- Com a chegada da crise à economia real, assistiu-se ao aumento das falências e das dificuldades de cumprimento dos clientes, o que origina o aumento de crédito mal parado e das imparidades no produto bancário.

Em suma, a **banca portuguesa verá certamente diminuída a rentabilidade dos seus capitais próprios (ROE) e terá de enfrentar alguns desafios e ajustamentos** estruturais ao mesmo tempo que se confronta com as queixas dos clientes sobre o racionamento (real ou potencial) de crédito e a subida dos spreads.

**Neste contexto, a proposta de OE 2010 não vai ajudar!**

## V. O BANCO BIC PORTUGUÊS

	Milhares de euros	
	2008	2009*
Resultado líquido do exercício	(776)	204
Activo líquido	215708	419104
Crédito a clientes	31598	153190
Passivo	198984	394591
Recursos (IC'S + Clientes)	195052	253585

\* não auditado